



## Índice

|  |    |
|--|----|
| Relatório do Auditor Independente.....               | 3  |
| Relatório de Administração.....                      | 9  |
| Balanço Patrimonial.....                             | 11 |
| Demonstração do Resultado.....                       | 13 |
| Demonstração do Resultado Abrangente.....            | 14 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 15 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa.....                | 16 |
| Demonstração do Valor Adicionado.....                | 17 |

## Notas Explicativas

|  |    |
|--|----|
| 1. Contexto Operacional.....   | 18 |
| 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....   | 18 |
| 3. Principais Práticas Contábeis.....  | 18 |
| 4. Caixa e equivalentes de caixa.....  | 20 |
| 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....  | 20 |
| 6. Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....               | 20 |
| 7. Gestão de Riscos e Gerenciamento de Capital.....  | 23 |
| 8. Operações de Crédito e outros Créditos com Características de Concessão de Crédito..... | 25 |
| 9. Carteira de Crédito por Nível de Riscos e Provisionamento.....                          | 26 |
| 10. Investimentos.....   | 26 |
| 11. Dependência no Exterior.....   | 26 |
| 12. Depósitos.....   | 27 |
| 13. Captações no Mercado Aberto.....   | 27 |
| 14. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....  | 27 |
| 15. Obrigações por Empréstimos no Exterior e Repasses no País.....                         | 27 |
| 16. Carteira de Câmbio.....  | 27 |
| 17. Composição de Outras.....  | 28 |
| 18. Outros Ativos.....   | 29 |
| 19. Tributos.....  | 29 |
| 20. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....                                | 30 |
| 21. Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....  | 31 |
| 22. Patrimônio Líquido.....  | 31 |
| 23. Transações com Partes Relacionadas.....  | 32 |
| 24. Limites Operacionais.....  | 33 |
| 25. Informações Complementares.....  | 33 |
| 26. Resultado não Recorrente.....  | 33 |
| Relatório do Comitê de Auditoria.....  | 34 |

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores  
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas do  
**Banco Fibra S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fibra S.A. e suas Controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fibra S.A e do Banco Fibra S.A. e suas Controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

**(Conforme Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas associadas ao risco de crédito)**

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 132.136 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e conseqüentemente a definição do *rating*, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; e **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e derivativos

**(Conforme Nota Explicativa nº 6 - Títulos e Valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição utiliza instrumentos financeiros derivativos na sua estratégia de gerenciamento de risco de mercado, realizando operações de Hedge Financeiro e Hedge Contábil. Tais instrumentos financeiros são mensurados a valor justo, conforme estabelecido nas práticas contábeis e regulamentações emanadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía contabilizado o montante de R\$ 100.015 mil em sua posição ativa e R\$ 174.770 mil em sua posição passiva, referentes a montantes a receber e a pagar respectivamente, registrados ao valor justo. Considerando tratar-se de contratos com certo grau de complexidade, e que dado ao fato de a mensuração ser realizada levando-se em considerações algumas premissas e, portanto, um maior nível de subjetividade, consideramos o reconhecimento, mensuração e realização desses como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação das contrapartes das operações no intuito de avaliar o risco de não cumprimento dos respectivos contratos; e **(iv)** envolvimento de nossos especialistas em precificação e mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Os procedimentos utilizados pelos especialistas englobaram: **(a)** teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros; **(b)** análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes; e **(c)** Reexecução, em base amostral, da valorização de determinadas operações, bem como comparação das premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Provisão para passivos contingentes

### (Conforme Nota Explicativa nº 20 - Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais)

#### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição possuía o montante de R\$ 500.239 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 590.854 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação quanto a expectativa de realização destes como um dos principais assuntos de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 20b e 20d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Créditos Tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 19b, Créditos Tributários)

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro 2022, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.185.831 mil referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução 3.059/02 alterada pela Resolução 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 19b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. Em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e no Relatório do Comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

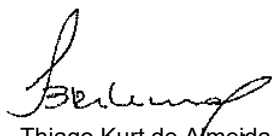
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer  
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1









## Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

|  | Nota       | Banco             |                   | Consolidado       |                   |
|--|------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  |            | 31/12/2022        | 31/12/2021        | 31/12/2022        | 31/12/2021        |
| <b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>                |            |                   |                   |                   |                   |
| <b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b> |            |                   |                   |                   |                   |
| Depósitos  | 12         | 11.442.431        | 9.853.476         | 11.434.328        | 9.840.533         |
| Depósitos  |            | 7.922.180         | 7.387.407         | 7.914.077         | 7.374.464         |
| Captações no mercado aberto                        | 13         | 2.792.846         | 1.320.499         | 2.792.846         | 1.320.499         |
| Recursos de aceites e emissão de títulos           | 14         | 181.389           | 442.979           | 181.389           | 442.979           |
| Relações interfinanceiras e interdependências      | 17h        | 21.808            | 232.618           | 21.808            | 232.618           |
| Obrigações por empréstimos e repasses              | 15         | 349.438           | 264.279           | 349.438           | 264.279           |
| Instrumentos financeiros derivativos               | 6b         | 174.770           | 205.694           | 174.770           | 205.694           |
| <b>Provisões</b>                                   | <b>17c</b> | <b>543.657</b>    | <b>517.237</b>    | <b>543.892</b>    | <b>517.470</b>    |
| <b>Obrigações fiscais diferidas</b>                | <b>17i</b> | <b>45.315</b>     | <b>46.340</b>     | <b>45.315</b>     | <b>46.340</b>     |
| <b>Outros passivos</b>                             |            |                   |                   |                   |                   |
| Carteira de câmbio                                 | 16         | 1.029.826         | 282.698           | 1.030.507         | 282.854           |
| Fiscais e previdenciárias                          | 17b        | 809.569           | 118.530           | 809.569           | 118.530           |
| Dívidas subordinadas                               | 21         | 13.869            | 9.415             | 14.550            | 9.571             |
| Diversas   |            | 187.738           | 132.523           | 187.738           | 132.523           |
|  |            | 18.650            | 22.230            | 18.650            | 22.230            |
| <b>Total do Passivo</b>                            |            | <b>13.061.229</b> | <b>10.699.751</b> | <b>13.054.042</b> | <b>10.687.197</b> |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                          |            |                   |                   |                   |                   |
| Capital social - De domiciliados no país           | 22         | 1.181.256         | 1.165.435         | 1.181.256         | 1.165.435         |
| Capital social - De domiciliados no país           |            | 2.124.888         | 2.124.888         | 2.124.888         | 2.124.888         |
| Redução de capital                                 |            | (917.111)         | -                 | (917.111)         | -                 |
| Reservas de capital                                |            | 4.326             | 7.744             | 4.326             | 7.744             |
| Reservas de lucros                                 |            | 4.289             | -                 | 4.289             | -                 |
| Outros resultados abrangentes                      |            | (35.136)          | (36.039)          | (35.136)          | (36.039)          |
| Prejuízos acumulados                               |            | -                 | (931.158)         | -                 | (931.158)         |
| <b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>       |            | <b>14.242.485</b> | <b>11.865.186</b> | <b>14.235.298</b> | <b>11.852.632</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

















































